



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6º BIMESTRE DE 2008 E O CONSOLIDADO DE 2008

DO CUMPRIMENTO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, DO CRONOGRAMA MENSAL RELATIVO ÀS DESPESAS DO EXERCÍCIO E DAS METAS BIMESTRAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO, BEM COMO DA DEMONSTRAÇÃO DE SUA COMPATIBILIDADE COM OS MONTANTES DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE 2008.

Nos termos dos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e do Decreto nº 45.475, de 12 de fevereiro de 2008, em conformidade com a Lei nº 12.750, de 20 de julho de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e ainda com o disposto no artigo 47 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**INFORME AOS DEMAIS PODERES E À COMISSÃO DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Janeiro de 2009



SUMÁRIO

1	Das considerações iniciais	4
2	Da avaliação das receitas e despesas primárias para o ano de 2008	4
2.1	Da meta de resultado primário para 2008	4
2.2	Do desempenho do Resultado Primário no sexto bimestre de 2008	6
2.3	Do atingimento da meta de resultado primário em 2008.....	6
3	Da receita prevista e arrecadada no ano de 2008.....	8
4	Da despesa prevista e executada no ano de 2008.....	9
5	Das considerações finais	10



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Metas do resultado primário para 2008, conforme a LDO 2008	5
Tabela 2 - Resultado primário de 2008, conforme a LDO, com base no realizado nos cinco primeiros bimestres e na reprogramação de receitas e despesas para o último bimestre do ano	5
Tabela 3 - Resultado primário previsto e realizado no sexto bimestre de 2008.....	6
Tabela 4 - Resultado primário realizado em 2008.....	7
Tabela 5 - Receita prevista e arrecadada no ano de 2008.....	8
Tabela 6 - Despesa prevista e executada em 2008	9
Tabela 7 - Resultado Primário e Orçamentário para 2008 – Meta Inicial e Realizado.....	10



1 DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei Complementar Federal nº 101/00 determina que, verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, nos trinta dias subseqüentes, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.

Na ocorrência dessa hipótese, conforme disposto na Lei Estadual nº 12.750/07 (LDO 2008), o Poder Executivo apurará o montante da limitação de empenho e informará a cada um dos Poderes e Órgãos, os parâmetros a serem adotados na estimativa de receitas e previsão de despesas para os bimestres subseqüentes.

O Decreto do Poder Executivo Estadual nº 45.575/08, em seu art. 3º, dispõe que serão publicados, bimestralmente, os valores efetivamente arrecadados e revisada a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso que servirão de parâmetro para limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos dos artigos 8º, 9º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101/00, caso houver previsão de não cumprimento da meta de resultado primário.

2 DA AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS PARA O ANO DE 2008

2.1 Da meta de resultado primário para 2008

No Anexo III do Decreto Estadual nº 45.575/08 foram estabelecidas as metas bimestrais para o resultado primário de 2008. A Tabela 1 mostra o montante do resultado primário, constante do orçamento consolidado do Estado do RS para o ano. Fixou-se um superávit primário de R\$ 1.234 milhões, com uma meta positiva do primeiro ao quinto bimestre, de R\$ 1.519 milhões. Para o sexto bimestre, negativa em R\$ 285 milhões.

A Lei Orçamentária Anual de 2008 apresentou receitas totais de R\$ 21,296 bilhões e despesas totais de R\$ 22,590 bilhões, resultando em déficit orçamentário de R\$ 1,294 bilhão. Cabe destacar que, nesses totais, estão computados R\$ 896,5 milhões de transferências intra-orçamentárias (§ 3º, do art. 1º da Lei Estadual 12.880/07 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2008). Observa-se também que essas transferências não afetam as projeções dos resultados, tanto o primário como o orçamentário, por estarem consignadas tanto pelo lado da receita como da despesa. O resultado primário previsto no orçamento é superavitário em R\$ 188,6 milhões.

Tendo em vista ao resultado primário estabelecido na LDO, de R\$ 1,234 bilhão, fixou-se no próprio Decreto nº 45.575/08 o contingenciamento bimestral requerido para 2008. Contudo, fez-se necessário a cada bimestre reprogramar receitas e despesas, levando-se em conta os resultados obtidos em bimestres anteriores.

A Tabela 2 transcreve o teor da Tabela 4 do Relatório de Execução Orçamentária do 5º bimestre de 2008, onde se estimou a receita e a despesa primária para o sexto bimestre de 2008. Ressalva-se que, já a partir do quarto bimestre, não houve a necessidade de contingenciamento na reprogramação.



Tabela 1 - Metas do resultado primário para 2008, conforme a LDO 2008

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	BIMESTRES DE 2008						TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
RECEITA TOTAL	3.506.915	3.243.586	3.789.052	3.371.969	3.412.838	3.971.417	21.295.776
Aplicações Financeiras	-31.035	-31.431	-36.280	-36.422	-43.065	-49.766	-228.000
Operações de Crédito	0	-23.083	-272.292	-1.667	-1.667	-1.667	-300.375
Alienação de Bens	-5.318	-5.318	-5.318	-5.318	-5.318	-5.318	-31.911
Amortização	-214	-237	-292	-1.928	-1.353	-8.550	-12.575
Anulação Restos a Pagar	0	0	0	0	0	0	0
RECEITA PRIMÁRIA (A)	3.470.347	3.183.516	3.474.869	3.326.634	3.361.434	3.906.115	20.722.915
DESPESA TOTAL	3.420.487	3.429.846	3.696.095	3.623.799	3.708.766	4.711.244	22.590.238
Encargos da Dívida	-58.551	-62.005	-42.925	-56.654	-58.697	-44.001	-322.834
Amortização da Dívida	-250.236	-256.142	-365.426	-261.333	-271.953	-294.740	-1.699.831
Concessão de Empréstimos	-3.164	-2.692	-2.565	-2.170	-15.667	-7.007	-33.265
DESPESA PRIMÁRIA (B)	3.108.536	3.109.006	3.285.179	3.303.642	3.362.450	4.365.497	20.534.309
RESULTADO PRIMÁRIO SEM AJUSTES (A - B)	361.811	74.510	189.690	22.992	-1.016	-459.382	188.606
CONTINGENCIAMENTO DE DESPESA PRIMÁRIA REQUERIDO PARA SE ATINGIR A META DE RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDNA NA LEI Nº 12.750/07- LDO/2008 E EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 5º e 6º DA LEI Nº 12.880/07-LOA.	174.299	174.299	174.299	174.299	174.299	174.299	1.045.794
RESULTADO PRIMÁRIO (META REQUERIDA)	536.109	248.809	363.989	197.291	173.284	-285.082	1.234.400

FONTE: Decreto Estadual nº 45.475/08 – Anexo III.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000.

Tabela 2 - Resultado primário de 2008, conforme a LDO, com base no realizado nos cinco primeiros bimestres e na reprogramação de receitas e despesas para o último bimestre do ano

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	BIMESTRES DE 2008							TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	Total 2008 1º/5º bimestre	6º	
	REALIZADO					REPROGRAMADO		
RECEITA TOTAL	3.718.863	3.725.836	3.977.719	3.692.926	5.082.933	20.198.276	4.449.422	24.647.698
Aplicações Financeiras	-31.220	-34.157	-43.086	-46.733	-6.661	-161.856	-43.657	-205.513
Operações de Crédito	0	0	0	0	-1.192.010	-1.192.010	0	-1.192.010
Alienação de Bens	-620	-863	-269	-784	-482	-3.017	-436	-3.453
Amortização	-653	-4.102	-879	-17.543	-865	-24.041	-857	-24.898
Anulação Restos a Pagar	-3.741	-7.875	-7.569	-8.146	-2.685	-30.016	-25.212	-55.229
RECEITA PRIMÁRIA (A)	3.682.629	3.678.840	3.925.917	3.619.720	3.880.229	18.787.336	4.379.259	23.166.595
DESPESA TOTAL	3.441.319	3.462.642	3.710.350	3.695.155	4.857.724	19.167.189	5.594.523	24.761.712
Encargos da Dívida	-47.080	-48.793	-37.532	-48.054	-48.482	-229.941	-92.881	-322.823
Amortização da Dívida	-275.458	-290.365	-375.155	-294.880	-1.403.091	-2.638.948	-165.740	-2.804.688
Concessão de Empréstimos	-1.885	-1.451	-1.951	-1.345	-8.924	-15.555	-17.627	-33.182
DESPESA PRIMÁRIA (B)	3.116.896	3.122.033	3.295.712	3.350.877	3.397.227	16.282.745	5.318.274	21.601.019
RESULTADO PRIMÁRIO SEM AJUSTES (A - B)	565.733	556.807	630.205	268.843	483.002	2.504.590	-939.015	1.565.576

FONTE: Decreto Estadual nº 45.475/08 (Anexo III), SEFAZ/RS e CAGE/RS.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.



2.2 Do desempenho do Resultado Primário no sexto bimestre de 2008

A Tabela 3 adiante compara o resultado primário previsto e o realizado no 6º bimestre de 2008. Observa-se que, da meta primária fixada de menos R\$ 939 milhões, atingiu-se menos 354 milhões, superando-a em R\$ 585 milhões. Da receita primária originalmente prevista, R\$ 4,379 bilhões, atingiu-se R\$ 4,162 bilhões, R\$ 217 milhões abaixo da meta. Em relação à meta fixada de despesa primária, R\$ 5,318 bilhões, teve liquidações de R\$ 4.516 bilhões, resultando numa economia em relação à meta estabelecida de R\$ 802 milhões.

Tabela 3 - Resultado primário previsto e realizado no sexto bimestre de 2008

ESPECIFICAÇÃO	6º BIMESTRE DE 2008		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DIFERENÇA B - A
RECEITA TOTAL	4.449.422	4.244.450	-204.972
Aplicações Financeiras	-43.657	-52.101	-8.444
Operações de Crédito	0	0	0
Alienação de Bens	-436	-1.283	-847
Amortização	-857	-986	-129
Anulação Restos a Pagar	-25.212	-27.533	-2.321
RECEITA PRIMÁRIA (A)	4.379.259	4.162.547	-216.712
DESPESA TOTAL	5.594.523	4.832.885	-761.638
Encargos da Dívida	-92.881	-36.249	56.632
Amortização da Dívida	-165.740	-277.446	-111.706
Concessão de Empréstimos	-17.627	-2.834	14.793
DESPESA PRIMÁRIA (B)	5.318.274	4.516.356	-801.918
RESULTADO PRIMÁRIO SEM AJUSTES (A - B)	-939.015	-353.809	585.206

FONTE: SEFAZ/RS e CAGE/RS.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.

2.3 Do atingimento da meta de resultado primário em 2008

A meta anual de resultado primário para 2008, de R\$ 1,234 bilhão, constante na LDO, publicizada através do Decreto Estadual nº 45.475/08 foi plenamente alcançada. O resultado primário realizado no exercício findo de 2008 foi de R\$ 2,151 bilhões, conforme discriminado bimestralmente através da Tabela 4, adiante. Houve, portanto, a superação da meta proposta em R\$ 916,4 milhões.

O resultado orçamentário (receitas arrecadadas no exercício menos as despesas empenhadas no exercício), em 2008, foi de R\$ 442,7 milhões.

Tanto o resultado primário como orçamentário mostram o esforço do governo e da administração pública de reverter o déficit de décadas. Agora, a meta é a manutenção de equilíbrio das contas, ao mesmo tempo em que busca retomar a capacidade de investimento do Estado e voltar a pagar precatórios após 10 anos.



Tabela 4 - Resultado primário realizado em 2008

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	BIMESTRES DE 2008						TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
	REALIZADO						
RECEITA TOTAL	3.718.863	3.725.836	3.977.719	3.692.926	5.082.933	4.244.450	24.442.727
Aplicações Financeiras	-31.220	-34.156	-43.086	-46.733	-6.661	-52.101	-213.957
Operações de Crédito	0	0	0	0	-1.192.010	0	-1.192.010
Alienação de Bens	-620	-863	-269	-784	-482	-1.283	-4.300
Amortização	-653	-4.102	-879	-17.543	-865	-986	-25.027
Anulação Restos a Pagar	-3.741	-7.875	-7.569	-8.146	-2.685	-27.533	-57.550
RECEITA PRIMÁRIA (A)	3.682.629	3.678.840	3.925.917	3.619.720	3.880.229	4.162.547	22.949.883
DESPESA TOTAL	3.441.319	3.462.642	3.710.350	3.695.155	4.857.724	4.832.885	24.000.074
Encargos da Dívida	-47.080	-48.793	-37.532	-48.054	-48.482	-36.249	-266.190
Amortização da Dívida	-275.458	-290.365	-375.155	-294.880	-1.403.091	-277.446	-2.916.394
Concessão de Empréstimos	-1.885	-1.451	-1.951	-1.345	-8.924	-2.834	-18.389
DESPESA PRIMÁRIA (B)	3.116.896	3.122.033	3.295.712	3.350.877	3.397.227	4.516.356	20.799.101
RESULTADO PRIMÁRIO SEM AJUSTES (A - B)	565.733	556.807	630.205	268.843	483.002	-353.809	2.150.782

FONTE: CAGE/RS.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.

Mesmo com resultado orçamentário positivo e resultado primário expressivo alcançado em 2008, para 2009 é preciso estar atento aos sinais de desaceleração da economia mundial. Os números já mostram forte recessão nos principais países europeus e nos Estados Unidos. Com isto, estima-se que, nesse ano, o PIB, tanto do Brasil como do Rio Grande do Sul venham a sofrer forte retração em comparação ao que se havia previsto. Ademais, fatores climáticos podem dar números ainda mais dramáticos a esse cenário.

O País já está sofrendo com a desaceleração da economia mundial, com reflexos para o tecido econômico gaúcho. Basta ver a escalada de demissões na indústria ocorrida em dezembro de 2008. Todos estes fatores afetarão de modo negativo a gestão fiscal de 2009:

i) Subida do risco-país está engessando a entrada de capital estrangeiro no país, o que torna mais difícil e mais cara a captação de recursos pelas companhias;

ii) Escassez de dinheiro em circulação para as famílias está tornando o crédito mais seletivo e mais caro;

iii) Menores preços praticados nas *commodities* internacionais (alimentos, principalmente) estão afetando diretamente o bolso dos produtores;

iv) Instabilidade que agrega aversão à compra de ações de companhias brasileiras, dificultando a captação de recursos para investimentos;

v) Preocupação com a inflação está causando uma demora maior na retomada de baixa da taxa Selic;

vi) Desemprego de setores vitais da economia, pela queda brusca de produção.



3 DA RECEITA PREVISTA E ARRECADADA NO ANO DE 2008

As metas bimestrais de arrecadação das receitas orçamentárias foram projetadas com base na totalidade dos valores consignados no orçamento de 2008, da seguinte forma:

- Receitas Correntes: valores inscritos no orçamento de 2008, com a sazonalidade da execução orçamentária de 2007, adaptada para 2008, exceto o imposto de renda na fonte, as contribuições previdenciárias, o ressarcimento das exportações (Lei Kandir), o retorno do FUNDEB e as deduções da receita corrente;
- Receitas Correntes: imposto de renda retido na fonte e contribuições previdenciárias proporcionais às despesas de pessoal;
- Receitas Correntes: ressarcimento das exportações (Lei Kandir) distribuídas na proporção de 1/12 do total anual, exceto para janeiro que não possui arrecadação e fevereiro que foram consignados 2/12 da previsão anual;
- Receitas Correntes: retorno do FUNDEB e deduções da receita corrente proporcionais às receitas taxadas pelo Fundo;
- Receitas de Capital: sazonalidade da execução orçamentária de 2007, exceto para operações de crédito que estão posicionadas conforme previsão do cronograma de liberação e alienação de bens que foi apropriada linearmente para o ano.

A Tabela 5 mostra o desempenho da receita no ano de 2008, comparando-se as metas revistas com a efetiva arrecadação. Projetaram-se receitas de R\$ 23,782 bilhões. O total arrecadado nesse período, alcançou R\$ 24,443 bilhões, R\$ 661 milhões acima da projeção. As receitas correntes foram maiores em R\$ 839 milhões bilhão, enquanto as receitas de capital ficaram abaixo do previsto em R\$ 178 milhões.

Tabela 5 - Receita prevista e arrecadada no ano de 2008

Especificação	ATÉ O 6º BIMESTRE DE 2008		
	Receita prevista com a revisão do 2º ao 6º bimestre de 2008 (A)	Receitas Arrecadadas (B)	Resultado da Diferença (B-A)
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.269.741	17.099.110	829.369
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.175.610	1.169.862	-5.749
RECEITA PATRIMONIAL	347.423	532.231	184.808
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.169	989	-181
RECEITA INDUSTRIAL	1.436	431	-1.004
RECEITA DE SERVIÇOS	191.164	209.175	18.011
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.128.365	5.053.490	-74.875
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	518.108	594.226	76.118
RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA	979.444	879.633	-99.811
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.317.915	-2.405.754	-87.838
Total das Receitas Correntes	22.294.546	23.133.392	838.846
OPERAÇÕES DE CREDITO	1.322.583	1.192.010	-130.573
ALIENAÇÃO DE BENS	27.029	4.300	-22.728
AMORTIZAÇÃO EMPRESTIMOS	11.305	25.027	13.722
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	126.040	87.997	-38.042
Total das Receitas Capital	1.486.956	1.309.334	-177.622
Total Geral das Receitas	23.781.502	24.442.727	661.225

FONTE: Decreto Estadual nº 45.475/08 (Anexo I) e Secretaria da Fazenda do RS/Sistema Cubo.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.



4 DA DESPESA PREVISTA E EXECUTADA NO ANO DE 2008

O cronograma mensal relativo às despesas foi projetado com base na totalidade dos valores consignados no orçamento de 2008, da seguinte forma:

- Pessoal e Encargos Sociais: valor total previsto no orçamento de 2008, com a sazonalidade decorrente do pagamento de 1/3 de férias e do crescimento vegetativo da folha. O décimo terceiro salário foi apropriado à razão de 1/12 mês;
- Outras despesas correntes, investimentos, inversões e concessão de empréstimos: valores consignados no orçamento de 2008, com sazonalidade definidas pelas despesas empenhadas nesses itens em 2007, exceto para as transferências aos municípios (repartição da receita) que foram apropriadas proporcionalmente à previsão de ingresso das receitas sobre as quais incidem a repartição;
- Dívida: valor total consignado no orçamento de 2008, com sazonalidade decorrente do cronograma de desembolso de dívida para os respectivos meses do ano;
- Reserva de Contingência: valor consignado no orçamento de 2008, apropriado linearmente no ano.

A Tabela 6 mostra a previsão e o desempenho da despesa ao final do ano de 2008. Ao se analisar o comportamento da despesa orçamentária executada (despesa empenhada mais a insuficiência de rubrica), verifica-se que houve um gasto de R\$ 923 milhões inferior ao previsto. Projetaram-se despesas de R\$ 24,923 bilhões, contudo a execução orçamentária alcançou R\$ 24.000 bilhões.

No conjunto dos grupos “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida”, “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos”, “Inversões Financeiras” e “Reserva de Contingência” ocorreram diminuição de R\$ 1.248,5 milhões. Contudo, o grupo “Amortização da Dívida” teve aumento de R\$ 325,9 milhões.

Tabela 6 - Despesa prevista e executada em 2008

Especificação	ATÉ O 6º BIMESTRE DE 2008		
	Despesa prevista com a revisão do 2º ao 6º bimestre de 2008 (A)	Despesas Realizadas (B)	Resultado da Diferença (B-A)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.996.654	11.829.125	-167.529
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	371.714	266.190	-105.523
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.423.857	8.327.563	-96.294
INVESTIMENTOS	1.188.936	595.292	-593.644
INVERSÕES FINANCEIRAS	173.397	65.509	-107.887
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.590.487	2.916.394	325.907
RESERVA DE CONTINGENCIA	177.592	0	-177.592
Total Geral das Despesas	24.922.636	24.000.074	-922.562

FONTE: Decreto Estadual nº 45.475/08 (Anexo II) e Secretaria da Fazenda do RS / Sistema Cubo.

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.



5 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul passaram por um ciclo de quatro décadas em constante desequilíbrio orçamentário. Essa situação agravou-se, nos anos recentes, pela impossibilidade do Tesouro Estadual recorrer às fontes tradicionais de financiamento utilizadas ao longo do tempo.

A gestão deste governo e de toda a administração pública estadual permitiu que a meta de resultado primário fosse superada, atingindo R\$ 2,151 bilhões, e viabilizando a obtenção de um superávit orçamentário de R\$ 443 milhões, conforme demonstra a Tabela 7, adiante:

Tabela 7 - Resultado Primário e Orçamentário para 2008 – Meta Inicial e Realizado

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Meta de Resultado Primário para 2008 (A)	Resultado Primário Realizado em 2008 (B)	B - A	% B / A
I - RECEITA TOTAL	21.295.776	24.442.727	3.146.951	14,8
Aplicações Financeiras	-228.000	-213.957	14.043	-6,2
Operações de Crédito	-300.375	-1.192.010	-891.635	296,8
Alienação de Bens	-31.911	-4.300	27.611	-86,5
Amortização	-12.575	-25.027	-12.452	99,0
Anulação Restos a Pagar	0	-57.550	-57.550	-
II - RECEITA PRIMÁRIA	20.722.915	22.949.883	2.226.968	10,7
III - DESPESA TOTAL	22.590.238	24.000.074	1.409.836	6,2
Encargos da Dívida	-322.834	-266.190	56.644	-17,5
Amortização da Dívida	-1.699.831	-2.916.394	-1.216.563	71,6
Concessão de Empréstimos	-33.265	-18.389	14.876	-44,7
IV - DESPESA PRIMÁRIA SEM AJUSTES	20.534.309	20.799.101	264.792	1,3
Contingenciamento Requerido de Despesa Primária	-1.045.794	0	-1.045.794	-
V - DESPESA PRIMÁRIA COM AJUSTES	19.488.515	20.799.101	1.310.586	6,7
VI - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (I - III)	-1.294.463	442.652	1.737.115	392,4
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (II - V)	1.234.400	2.150.782	916.382	74,2

NOTA: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000,00.

Contudo, é necessário sempre uma nota de cautela. É importante lembrar que se têm pela frente grandes desafios, dentre eles, a manutenção das conquistas que o ajuste fiscal duradouro propicia. Tão difícil como foi atingir o equilíbrio orçamentário é mantê-lo como uma conquista permanente da sociedade. Esta é uma responsabilidade deste e dos próximos governos. É essa a atribuição maior dos três poderes.

Portanto, não se pode, em nenhum momento, descuidar do controle e da despesa, promovendo-se a máxima eficiência no dispêndio, associada à promoção da elevação da receita tributária em bases sólidas e permanentes, particularmente necessários ao enfrentamento dos desafios que se vislumbram para 2009, frente à crise financeira global, que certamente trará reflexos à economia do Brasil e à do Rio Grande do Sul.